



PRINCIPAIS DA TERRA,  
ESCRAVOS E A REPÚBLICA  
O DESENHO DA PAISAGEM AGRÁRIA DO  
RIO DE JANEIRO SEISCENTISTA

---

*João Fragoso*

No século XVII, a paisagem agrária do Rio de Janeiro, enquanto resultado das experiências de agentes com interesses diversos e próprios, não se desenhava apenas como um mapa recortado por canaviais definidos pela propriedade privada. Aquele cenário, na verdade, era modelado pelas disputas dos bandos da nobreza

principal da terra (segmento social acima dos senhores de engenho) em luta pelo domínio da república (leia-se capitania). Da mesma forma, tal paisagem era redesenhada por outros processos, como as redes parentais dos escravos que, muitas vezes, atravessavam engenhos de diferentes senhores.

<sup>1</sup> Para a discussão a seguir ver BARTH, Fredrik. *Process and form in social life*. v. 1. London: Routledge & Kegan Paul, 1981; *Sohar, culture and Society in an Oman Town*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1983 e *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra-Capa, 2000.

Em um texto recente, Fredrik Barth<sup>1</sup> repete algumas noções conhecidas sobre a relação ecologia e sociedade, entre elas a de que a ecologia é o cenário onde os atores agem. Porém, ao tratar dos conceitos sobre a sociedade, as coisas mudam de figura. Antes de tudo, ele critica as abordagens estruturalistas, pois transformariam os agentes sociais em cópias ou robôs seriados, saídos do alto-forno de uma fábrica chamada sociedade. Ao contrário disso, Barth propõe discutir o conceito de sociedade considerando-a, simultaneamente, fragmentada e aberta. Fragmentada, em razão de os atores envolvidos nas interações serem *personae* diferentes e, portanto, agirem conforme seus recursos e orientações valorativas. Suas ações resultariam de escolhas e de estratégias próprias, o que confere à interação um certo grau de tensão e, neste sentido, de incerteza ou de imprevisibilidade.

As sociedades são abertas, porque as ações dos agentes seriam guiadas por valores de distintos mundos. Basta lembrar a composição da sociedade escravista fluminense do Rio de Janeiro dos seiscentos. Nela temos grupos ligados ao recôncavo da Guanabara, mas ao mesmo tempo à Europa do Antigo Regime, como a *nobreza da terra*, ou aos reinos do Golfo da Guiné, a exemplo dos *negros*, sem falar dos demais grupos cujas relações sociais resultaram no Rio colonial. Não se trata de desconstruir a noção de sociedade ou algo semelhante, mas de se perguntar, por exemplo, como aqueles e outros grupos, todos sujeitos históricos e portanto com orientações valorativas próprias, conseguiram viver juntos. Quais foram as instituições e processos que realizaram a proeza de gerar a chamada sociedade escravista?

### **Uma economia exportadora de segunda classe**

A escolha do Rio de Janeiro foi proposital. No século XVII a região vivia uma economia escravista e exportadora de segunda classe. Seu açúcar era de qualidade duvidosa frente ao da Bahia e de Pernambuco.

Segundo o geógrafo Lamego, os solos do Rio de Janeiro eram pantanosos ou tinham baixa fertilidade para a cana. A constatação é referendada por observações coevas de viajantes, da Câmara da cidade e de seus Governadores de diferentes épocas. Em 1618, Ruiters, marinheiro holandês, descrevia assim a cana da Guanabara: “devido à umidade e à frieza do ar que prevalece entre o Rio e a baía de São Vicente” planta-se pouco açúcar. Imagem esta que contrasta

<sup>2</sup> LAMEGO, A. *O Homem e a Guanabara*. Rio de Janeiro: IBGE, 1964. p. 135; RUITERS, D. A Tocha da Navegação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 269, n. 1066, 1966. p. 63 e 39.

<sup>3</sup> AHU (Arquivo Histórico Ultramarino, Coleção Rio de Janeiro), CA (Castro Almeida), doc. 1613.

<sup>4</sup> AHU, ca., doc. 1766-69.

<sup>5</sup> Este assunto foi por mim tratado em outros trabalhos: Knights, “Archer Indians” and the Atlantic World: Rio de Janeiro in the 17th century. *Imperial (Re)visions: Brazil and the Portuguese Seaborne Empire – Conference in Memory of Charles R. Boxer*, Yale University, 2002 e A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo* – revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, n. 15, p. 11-35, 2003.

<sup>6</sup> AHU, av. (Coleção Rio de Janeiro – Avulsos), cx. 1, doc. 6.

com a apresentada pelo mesmo viajante para Pernambuco, quando diz: “faz-se grande comércio de açúcar, que é aí muito abundante”<sup>2</sup>.

No final do século, numa carta para Lisboa, de 1687, o Governador João Furtado de Mendonça explicava que seria prejudicial aos senhores de engenho da cidade marcarem as caixas de açúcar conforme a sua qualidade: fino, redondo e baixo, pois, apesar de todas as tentativas para melhorar a cana, devido ao clima e ao solo, pouco se tinha conseguido; coisa de que os mercadores estavam cientes.<sup>3</sup> Dois anos depois, o Governador Luiz de César de Menezes e os oficiais do Senado afirmavam que a economia colonial do Rio “é a mais miserável das deste Estado” e, diferente de outras Capitânicas, que tinham o tabaco, só contava com o açúcar para sobreviver.<sup>4</sup>

Desnecessário dizer que o açúcar não era o único produto da Capitania, contudo, os engenhos tinham um papel fundamental na sua economia, mesmo sendo sua produção de segunda classe.

A sociedade escravista fluminense ambicionava entrar no pacto colonial, ser explorada pelo capital mercantil europeu e ter parte de seu excedente transferido para as economias ditas centrais. Porém, para infelicidade da Capitania, tal enquadramento não era perfeito, pois seu açúcar não era um produto-rei, mas sim plebeu, o que complicava tudo. Esta infelicidade se traduzia na dificuldade de vender açúcar e comprar escravos vindos do Atlântico.<sup>5</sup> Diante de tais circunstâncias, cabe perguntar como, ainda em 1689, a cidade continuava a vender açúcar. Quais foram os recursos utilizados por esta economia colonial mal enjambrada para se manter no esquema do sistema colonial enquanto uma agroexportação?

Apesar desse lastimável quadro, é necessário certo cuidado quanto a conclusões precipitadas. Em primeiro lugar, as vereanças seiscentistas demonstram que a cidade possuía consciência de suas debilidades. Em segundo lugar, desde cedo, Lisboa e as melhores famílias da *Conquista* também sabiam de outro fato: a importância estratégica do Rio de Janeiro para o comércio e a defesa do Atlântico sul luso, deparando-se com a fragilidade militar da metrópole no período considerado. Em outras palavras, o império precisava da “ajuda” do Rio para se manter naquelas paragens, e a elite da capitania procurava valer-se de tais circunstâncias. Em 1616, Martim de Sá pedia à coroa mercês pela árdua tarefa, às custas de “muito de sua fazenda e de seu pai”, de defender as costas das capitânicas do Sul.<sup>6</sup> Ou seja,

Sá enfatizava que a manutenção da costa não era feita apenas pelos cofres reais.

Décadas depois, as próprias autoridades metropolitanas reconheciam a importância do Rio de Janeiro. Em 1634, o Conde de Prado concedia ao então governador da capitania o posto, antes ocupado por Martim de Sá, na “superintendência das matérias da guerra nas capitanias do sul e a administração geral dos índios nas mesmas costas”. Isto porque “aquela capitania [Rio de Janeiro] é a mais opulenta daquelas partes [sul do Brasil], e que tem mais gente de guerra, canoas e índios (...) podendo acudir a onde for necessário”<sup>7</sup>.

<sup>7</sup> AHU, av., cx. 1, doc. 47.

Passados dez anos, em meio aos preparativos para a reconquista de Angola, o Conselho Ultramarino recomendava ao governador da cidade, Francisco Soutomaior, prudência e “brandura” com os moradores da cidade, apesar de merecerem “algumas demonstrações de castigo”. A razão para tal brandura era simples: faltavam recursos na fazenda real, portanto, a defesa daquela parte do império – o Atlântico Sul – dependia “totalmente (...) da vontade e união do povo [do Rio de Janeiro]”<sup>8</sup>.

<sup>8</sup> AHU, CA. doc. 333. Nesta mesma conjuntura, porém do outro lado do Atlântico, o governador do Rio em 1646, Duarte Correia Vasqueanes – ele próprio integrante das melhores famílias da terra – declarava a Lisboa: o Rio de Janeiro “é a mais importante Praça que Vossa Majestade tem neste Estado, de quem depende a conservação das demais, pois dela [entre outros motivos] se conduzem mantimentos com facilidade das debaixo com que se socorre a Bahia em todas as ocasiões” AHU, CA. doc. 435-438. Foge aos objetivos deste trabalho analisar a reconquista de Angola; em outro trabalho procurei demonstrar que tal processo se deu em meio a negociações entre Rio de Janeiro e Lisboa. FRAGOSO, João. *Knights... Op. cit.*

Daí não ser estranho o Ultramarino confirmar a escolha de Duarte Correia Vasqueanes como Governador, em novembro de 1645, feita pela Câmara do Rio. Nas declarações de votos dos conselheiros, podemos identificar motivos de Estado para tal decisão. O sobrinho e antigo inimigo de Duarte, Salvador Correia de Sá e Benevides, apoiava a indicação, alegando que “nenhum governador que vá para lá terá o coração dos moradores tão propício como Duarte Correa”. Contudo, no voto favorável do Conselheiro João Delgado Figueira, as preocupações lusas com a conjuntura política e militar do Atlântico sul ficavam mais claras: Duarte Correia “era muito amado do Povo, e do gentio, de que na ocasião nos havemos de aproveitar, em falta da infantaria portuguesa”<sup>9</sup>.

<sup>9</sup> AHU, ca., doc. 409.

Pelas linhas acima não é difícil perceber, por parte da elite senhorial, a consciência do papel do Rio na preservação do império. Em 1667, a Câmara lembrava ao rei que a cidade, na guerra contra os holandeses, tinha auxiliado a Bahia e Pernambuco, além de ter participado na restauração de Angola.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> LISBOA, Baltazar da Silva. *Anais do Rio de Janeiro*. v. 4. Rio de Janeiro: Seignot-Pancher, 1835. p. 67-71.

Em síntese, se o Rio de Janeiro possuía dificuldades, tinha, em tese, como barganhar com a coroa. O que nos leva ao reino da política: a capitania garantia a sobrevida da economia escravista exportadora plebéia, a contragosto do capital mercantil das frotas.

<sup>11</sup> Sobre sociedade de Antigo Regime ver HESPAÑHA, A. M. Para uma Teoria da História institucional do Antigo Regime. In: HESPAÑHA, A. M. (org.). *Poder e Instituições na Europa do Antigo Regime*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984. p. 9-89 e LEVI, G. Reciprocidad mediterrânea. *Tiempos Modernos* ([www.tiemposmodernos.org](http://www.tiemposmodernos.org)).

<sup>12</sup> Quanto à noção de *casa* na época, além de HESPAÑHA, ver MONTEIRO, G. *O Crepúsculo dos Grandes. A Casa e o Patrimônio da Aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998. Para uma discussão da noção de *nobreza da terra* no Rio de Janeiro, ver FRAGOSO, João. A nobreza da República. *Topoi* – Revista do Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, n. 1, p. 45-122, 2000. Em carta de 1732 enviada a Lisboa, Julião Rangel de Sousa, procurador da Câmara do Rio de Janeiro, expunha tal noção de maneira precisa. Consistia “em filhos e netos (...) descendentes dos conquistadores daquela capitania, de conhecida e antiga nobreza”. Famílias que, “pelo espaço de 200 anos”, serviram Vossa Majestade, prontificando “voluntariamente vidas e fazendas, para os empregos do real serviço”. Por isto, “foram os predecessores de V. M. servidos conceder-lhes amplos privilégios, os mesmos da cidade do Porto e os que os logram os fidalgos deste Reino”. Em síntese, para uma família pertencer à nobreza da terra, no Rio de Janeiro, ela devia descender de conquistadores (que haviam lutado contra os franceses e Tamoios no século XVI) e pertencer a casas que haviam servido à monarquia sem nenhum ônus à real fazenda. Ou então descender de famílias do Reino com a mesma qualidade. AHU, ca. cd. 3., cx. 34, doc. 7550; AHU, ca., cd. 3, cx. 32., doc. 7544. 1732.

## *União do Povo: a economia exportadora gerada por uma sociedade fragmentada e aberta*

A expressão mágica que conferia vida àquela capitania mal aquinhada de terras era a *União do Povo*. No contexto do também mal enjambrado império português, tal União possibilitou ao Rio de Janeiro seiscentista viver as aventuras de uma típica economia escravista voltada para o mercado internacional. Em outras palavras, nela encontramos engenhos de açúcar, o tráfico atlântico de escravos e uma hierarquia social ciosa de suas diferenças estamentais.<sup>11</sup>

Entretanto, essa química não se traduzia simplesmente na obediência da população cativa e dos segmentos livres e pobres aos senhores de engenhos. Ou na irmandade e harmonia dos últimos nos tratos da economia exportadora e da defesa dos interesses de el Rey. Essa imagem bem comportada é quebrada quando lembramos que a *União do Povo* resultava de conflitos armados entre as *casas* daqueles que se arrogavam o título de *nobreza da terra*<sup>12</sup> (estrato acima dos senhores de engenho, pois reivindicavam o mando da *república*, leia-se capitania). Na verdade, a *União do Povo*, em geral, significava a hegemonia de um bando da nobreza sobre a sociedade. As disputas a que me refiro foram as lutas entre segmentos das *melhores famílias da terra* pelo domínio político da capitania. Mais do que isso, tais facções contavam, cada qual, com suas hostes de lavradores pobres e livres, índios flecheiros e escravos armados. Afora isso, aqueles embates insinuam vários problemas que permitem olhar a sociedade colonial sob uma nova perspectiva:

– Existia uma fina engenharia política entre as *melhores famílias da terra* e as demais (lavradores, escravos e índios, entre outros).

– O fato de os fidalgos tropicais lutarem entre si pelo mando da *república* informa a concepção política por eles compartilhada sobre a sociedade colonial e a monarquia. Qual seja: eles pertenciam a *casas* – originárias ou não da conquista – com direito a autonomia e ao auto-governo, as quais possuíam cabedais – provenientes das plantações e de outras atividades –, legitimidade social dada por seus clientes livres, escravos e/ou índios. Tais recursos lhes proporcionavam condições de reivindicar participação com o rei no mando da *república*. Até porque a monarquia não tinha elementos, cabedais ou forças militares, para se apresentar como um Leviathan. De mais a mais tal concepção política estava de acordo com as noções corporativas e estamentais dos tratadistas da época.

Por outro lado, se é verdade que a produção mercantil e escravista garantia os cabedais para aquelas casas arrogarem compartilhar o poder com el Rey, a tradução prática desse fenômeno era a contínua aplicação do sobretrabalho cativo em afazeres políticos. A produção mercantil sustentava os ditos afazeres. Assim, uma das orientações valorativas da ação da nobreza da terra visava à autonomia de suas casas e à participação nos destinos da sociedade. Para eles o seu envolvimento na economia mercantil tinha esse objetivo.

Um dos melhores indicadores de tal lógica era a permanência dos engenhos, por diversas gerações, numa mesma família ou bando. Tal prática se traduzia, inclusive, em operações mercantis nas quais compradores e vendedores eram aparentados ou aliados. Assim ficava garantido o controle das famílias da nobreza sobre a principal atividade do Rio de Janeiro dificultando a entrada de estrangeiros no grupo. Mais do que isto, o engenho representava a possibilidade de estabelecer clientelas, as bases da legitimidade social das famílias senhoriais em suas freguesias de origem. Daí se explicaria a manutenção, na mesma casa, de engenhos desfabricados. Tenho notícias de 63 fábricas distintas, ao longo do século XVII, envolvidas em diferentes operações cartorárias: dotes, vendas etc. Deste total, ao menos 37 foram transacionadas por pessoas aliadas ou parentes.<sup>13</sup>

Enfim, além dos sobressaltos das flutuações do mercado internacional, a vida colonial vivia outras peripécias, o que dava um sabor especial à *União do Povo*.

### **Surras dos negros na nobreza da terra**

No ano de 1660, parte da *nobreza da terra* fluminense, com seus criados, flecheiros, escravos e mais aliados, rebelou-se contra o governador da capitania, o General Salvador Correia de Sá e Benevides. Na ocasião, o General estava fora da cidade e o governador interino, seu tio, Tomé Correia Vasques, foi destituído e posto a ferros juntamente com integrantes de sua família. Os chefes da sublevação acusavam Benevides e parentes de vários crimes. Por exemplo, o de assassinar inimigos políticos, como ocorrera com Francisco da Costa Barros, fidalgo da terra e por diversas vezes provedor da fazenda real da cidade. De volta ao Rio, o General não teve dúvidas: com seus negros e índios, e o auxílio de outras casas fidalgas, derrotaram e prenderam os adversários. O chefe do movimento, Jerônimo Barbalho, porém, não teve a mesma sorte. Depois de um julgamento sumário e para horror do Conselho Ultramarino, foi executado.<sup>14</sup>

<sup>13</sup> FRAGOSO, João. Um mercado dominado por bandos: ensaio sobre a lógica econômica da nobreza da terra do Rio de Janeiro Seiscentista. In: SILVA, F. C. T. da.; MATTOS, H. M. & FRAGOSO, J. L. R. (org.). *Escritos sobre História e Educação: Homenagem à Maria Yedda Linhares*. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2001. p. 247-288.

<sup>14</sup> Sobre a revolta e suas consequências ver: AHU, ca., doc. 868-69; AHU, ca., doc. 851-853; AHU, ca., doc. 854-855; AHU, ca., cx. 5, doc. 875; AHU, ca., cx. 6, 1.084; AHU, ca., cx. 6, doc. 974.

A seqüência de acontecimentos desse gênero não deve ter agradado Lisboa. Benevides foi afastado do Rio e, no futuro, nenhum de seus parentes assumiria o governo permanente da capitania. Apesar disso os aliados do General continuaram envolvidos nos conflitos locais. Em 1695, Martim Correia Vasques, primo mais moço de Benevides, foi acusado pelo ouvidor geral do Rio e pelo reitor do Colégio de Jesus de ter mandado seus negros “armados com flechas, dardos e armas de fogo” atacarem os currais dos jesuítas. Nas primeiras décadas do século XVIII, o Ultramarino, por diversas vezes, seria notificado de que os descendentes do General – os Viscondes de Asseca – impunham seu poder às famílias nobres de Campos, vila situada ao norte do Rio de Janeiro, através da ação devastadora de negros armados e demais aliados livres.<sup>15</sup> Desse modo, por mais de um século, em diversas ocasiões, os Benevides resolveram suas querelas com fidalgos, clero e oficiais do rei à base de porretes e balas.

<sup>15</sup> FRAGOSO, João. Afogando em nomes. *Topoi*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 41-71, 2002. Sobre Campos ver: AHU, RJ, CA, cx. 83, doc. 19.210-doc. 19.223; AHU, RJ, CA, cx. 64, doc. 14.981; AHU, RJ, CA, cx. 72, doc. 16.794.

Neste momento, cabe indagar sobre o cenário social daqueles entreveros entre bandos da nobreza, das negociações entre eles e da *União do Povo*. Afinal, de uma forma ou de outra, a *União* e mesmo as pelejas, para existirem, pressupunham o fato de as pessoas viverem juntas. A questão adquire mais sentido quando lembramos que a vida social na capitania era forjada por grupos com valores muito distintos, como os da nobreza da terra, lavradores pobres, índios e negros de diferentes origens africanas.

Portanto, para investigar a possibilidade de o Rio de Janeiro ter experimentado uma economia agroexportadora, deve-se interrogar sobre os processos e instituições que permitiram a proeza daqueles grupos viverem juntos, no que comumente denominamos de sociedade colonial. A questão fica particularmente mais complicada quando lembramos que se tratava, aparentemente, de uma sociedade de Antigo Regime. Nesse sentido, os liames entre seus segmentos sociais ocorriam numa hierarquia estamental-corporativa, dominada pelo princípio da equidade, ou seja, *estrategicamente desigual*<sup>16</sup>. Isso fica mais claro quando nos detemos nos agentes cuja ação produziram aquela proeza.

<sup>16</sup> Sobre as noções de sociedade estamental-corporativa, equidade estrategicamente desigual ver, entre outros, HESPANHA, A. M. *Op. cit.* e LEVI, L. *Op. cit.*

No topo da hierarquia social, temos as famílias que pretendiam participar do mando da capitania com a monarquia por descenderem de conquistadores europeus e suas casas servirem ao *bem comum*. Provavelmente, tal noção corporativa devia ser compartilhada de alguma forma pelos demais segmentos de origem européia, como os pequenos lavradores e os negociantes. Estes últimos, a exemplo da

<sup>17</sup> Para a noção de valor e de orientação valorativa ver BARTH, F. *Op. cit.*, cap. 1 e 2, 1981; BARTH, F. *Op. cit.*, cap. 2, 2000.

nobreza da terra, também possuíam orientações valorativas que guiavam suas performances.<sup>17</sup> Todos pretendiam maximizar seus interesses. Portanto, a idéia de *União do Povo* significava incessantes negociações entre a nobreza da terra e os componentes do braço popular, o que já nos impede de pensar a sociedade colonial como um sistema perfeitamente ordenado, estipulando rígidos e previstos *scripts* para cada um de seus integrantes. Ao invés disso, o Antigo Regime nos trópicos surge como algo fragmentado e, portanto, generativo ou dinâmico. Dito de outra forma, o funcionamento da sociedade colonial, como qualquer outra, pressupunha um intenso jogo, pois cada um dos seus segmentos possuía interesses e os defendia na interação social. A nobreza, para ser assim vista pelo povo e ousar o mando da república, devia levar em conta as expectativas dos lavradores.

Entretanto, apesar das diferenças entre os grupos, eles deviam compartilhar o mesmo quadro de compreensão dado pela Europa Católica do Antigo Regime. Ou seja, provavelmente, estava na cabeça do lavrador, do negociante, do militar e da nobreza da terra, enfim, dos egressos do Velho Mundo, a abstração de uma sociedade corporativa e estrategicamente desigual.

O mesmo não pode ser dito para as populações indígenas e os cativos vindos da Guiné ou do Congo e Angola. Neste caso, a equação que resultava na União do Povo adquiria um imenso grau de dificuldade. Com certeza seria muito fácil resolver o problema usando a palavra mágica cativo e atentar para a violência nela contida. Contudo, a seqüela de tal procedimento consistiria numa delicada cirurgia acadêmica para extirpar o cérebro do cativo e transformá-lo em um vegetal. Talvez não fosse este o melhor caminho.

Outro caminho seria entender o cativo africano como um sujeito, portador de alguns neurônios com os quais fazia escolhas para agir no cenário social. Assim, a relação senhor – escravo resultava também de incessantes barganhas, em que cada lado buscava maximizar seus valores. Talvez o fato de os *negros* procederem de estratificações escravistas, como as existentes na Guiné<sup>18</sup>, facilitasse os entendimentos com seus donos na América. De qualquer forma, o cativo, como qualquer outro agente, teria suas obrigações, porém também direitos. Daí derivava a noção de castigo justo, assim como o de descanso nos dias santificados, o acesso a parentelas e a roças.

Neste momento os bastidores das confusões dos Benevides podem nos ajudar a entender melhor as reciprocidades entre negros e nobreza.

<sup>18</sup> Desnecessário dizer que a Europa Moderna e os Reinos da Guiné possuíam sistemas de estratificação social baseados em princípios diferentes. Ver THORNTON, J. Os Africanos na África. In: *A África e os Africanos na formação do Mundo Atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2004. p. 51-185.

Em 1652, o dito General vendia um engenho de açúcar com 54 cativos, dos quais 52 estavam unidos por parentesco. Décadas depois, em outra escritura pública, se descreviam os pertences de uma fazenda campista dos Asseca. A dita unidade, em 1692, possuía 225 escravos, sendo que 215 ou 95,6% tinham laços familiares. Mesmo considerando que os dois cálculos estejam superestimados, temos verdadeiras aldeias em meio a *plantations*. Alguns dos casais, a exemplo do engenho de 1654, tinham mais de três filhos; fato que informava sobre a estabilidade das uniões maritais e, portanto, sobre a qualidade das relações entre os Benevides e seus cativos.<sup>19</sup> Poder-se-ia se argumentar que a presença dessas famílias se devia às dificuldades do Rio de Janeiro com o tráfico atlântico de cativos. Com certeza a capitania enfrentava problemas dessa ordem, o que podia influir na constituição daquelas parentelas, entretanto, tal dificuldade não devia afligir muito os Benevides.

O General fora governador de Angola, entre 1648 e 1652, posto que lhe dava privilégios no tráfico da região, ou seja, provavelmente, na época em que vendera seu engenho não tinha problemas com a reposição de mão-de-obra. No ano de 1697, Diogo Correia de Sá e Benevides (3º Visconde Asseca) casou-se com Ignez de Lencastre, sobrinha de João de Lencastre e filha de Luiz César de Menezes, respectivamente, governadores de Angola de 1688 a 1691 e entre 1697 e 1701. Sabe-se que ambos os governadores participavam de uma vasta rede de comércio imperial, cuja principal atividade consistia no tráfico de almas.<sup>20</sup> Supondo que a amizade entre os Asseca, os Lencastre e os César de Menezes datava de antes de 1697, os primeiros não encontravam dificuldades em suprir de cativos suas fazendas. Enfim, é provável que a presença de famílias de cativos naquelas propriedades fizesse parte das estratégias políticas dos Benevides<sup>21</sup>, assim como bater em seus adversários da nobreza.

Entretanto, o que de fato impressiona no tratamento dado aos escravos são duas notícias presentes na escritura de 1692.

A primeira era a existência, na fazenda campista, de uma moenda onde os cativos beneficiavam sua cana-de-açúcar para, provavelmente, vendê-la depois no pequeno comércio local. Isto é, os Asseca cediam terras a algumas daquelas famílias, mas também equipamentos que representavam um alto investimento, pois não eram encontrados em qualquer loja de secos e molhados da época. Assim sendo, no cálculo econômico de tais senhores, estava prevista a aplicação de parte dos seus lucros para satisfazer os cativos.

<sup>19</sup> FRAGOSO, J. Um mercado dominado por bandos... *Op. cit.*

<sup>20</sup> Conforme FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *Costa da Mina e Redes Imperiais Lusas, séculos XVII e XVIII*. Rio de Janeiro, 2004 (texto inédito); GOUVÊA, Maria de Fátima Silva; FRAZÃO, Gabriel Almeida & SANTOS, Marília Nogueira. *Redes de Poder e conhecimento na governança do Império Português, 1688-1735. Topoi*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 96-137, 2004.

<sup>21</sup> Outro exemplo próximo ao de Salvador Correia de Sá e Benevides é o de Baltazar Leitão. Este fora nobre da terra e representante no Rio de Janeiro, em 1652, procurador do contratador dos direitos de Angola (Conforme Arquivo Nacional, Livros da Provedoria da Fazenda Real do Rio de Janeiro, cód. 61, vol. 1, p. 100), o que lhe dava, provavelmente, acesso privilegiado ao tráfico de escravos. Apesar disso, em 1656, dos 91 cativos de origem africana presentes em seu engenho, ao menos 40% estavam unidos por parentesco (*Inventário post mortem* de Baltazar Leitão, 1656, doc. 930, Arquivo Histórico do Mosteiro de São Bento).

A segunda se refere à história da cabra Francisca. Ela tivera uma filha com Ignácio, escravo de outro senhor. Para unir a família, os Asseca adquiriram Ignácio por meio de uma troca.

Enfim, começamos a entender um pouco mais o comportamento dos negros do velho General Salvador Benevides em meados do XVII, de Martim Correia em 1695 e dos Asseca no século seguinte. Provavelmente, os Benevides não tomaram aquelas atitudes somente em função de sua compaixão cristã para com os seus negros já abalados pelo cativo. Como antes sugerimos, os referidos senhores não ficaram famosos pelo seu amor ao próximo.

Obviamente não narramos todos os aspectos das histórias. Afinal, os Benevides também negociavam e ofereciam dádivas aos integrantes das elites. E, provavelmente, batiam tanto nos seus inimigos da nobreza da terra, do clero, do oficialato do rei, como em seus escravos. Francisca cabra e Ignácio, *negros* unidos pelos Asseca, fugiram e, com certeza, tiveram motivos para tanto.

O que nos importa sublinhar é que os Benevides, como qualquer família da nobreza da terra, tinham de negociar com seus cativos. Claro que tais negociações possuíam como referencial a hierarquia estamental e a escravidão. Afinal, sem essas negociações não existiria produção do sobretrabalho escravo e, muito menos, o uso de hordas de cativos armados nos embates entre bandos da nobreza no dia-a-dia colonial. Este último fenômeno talvez seja a melhor razão daquelas relações entre senhores e *negros*, os quais viabilizavam não somente a economia mercantil escravista, mas o Antigo Regime nos trópicos.

Não é demais afirmar que a ação dos escravos, enquanto sujeitos armados, resultava de cálculos, em que eles levavam em conta ganhos e riscos. Os vitoriosos negros dos Assecas tiveram acesso a parentelas, terras, moedas etc. Quanto aos cativos dos jesuítas, alguns apanharam e outros perderam a vida. De qualquer forma, tais situações nos levam a pensar mais sobre os processos que permitiam a interação entre senhores e escravos. Isso adquire algum sentido quando lembramos que parte das orientações valorativas de personagens como Joaquim Mina vinha de sociedades acostumadas com guerras, razias e escravidão, mas, também, com parentelas, lavouras camponesas e comércio.<sup>22</sup> Afinal, a venda de Joaquim aos europeus e a sua travessia para a América, provavelmente não resultara numa amnésia irreversível. Não custa lembrar que as guerras, saques e o cativo eram fenômenos que permeavam a vida de vários Reinos africanos, não sendo surpresa que o nosso Joaquim tivesse tais experiências como referência em suas ações no Rio.

<sup>22</sup> Sobre a África há uma vasta bibliografia. Ver, entre outros, THORNTON, J. *Op. cit.*; LOVEJOY, P. *A escravidão na África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 119-146; FLORENTINO, M. *Em Costas Negras*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 82-103. Para a influência das sociedades africanas na América Lusa e famílias escravas há um intenso debate historiográfico, temas que fogem ao meu propósito neste artigo. Ver entre outros: SLENES, R. *Na Senzala uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, em especial o capítulo 3.

<sup>23</sup> Um exemplo ilustrativo é dado por um dos ramos da família paulista, proveniente do quinhentos, os Pires, Alexandre e Domingos. Um dos seus descendentes foi Alexandre da Silva Correia, nascido em São Paulo no ano de 1658, tendo posteriormente estudado em Coimbra. Em 1709 entrou para o Conselho Ultramarino, sendo seu presidente em 1729, em substituição ao Conde de São Vicente. O irmão de Alexandre, Domingos Dias da Silva, permaneceu na América tornando-se potentado em São Paulo e Minas Gerais. *Genealogia Paulistana* – CD org. por Maria Amato. São Paulo: Macromedia, 2002. É importante atentar que a existência de tais famílias redefine a relação colônia-metrópole, tendo como eixo a dependência. Não custa insistir que no exemplo apresentado, um irmão era conselheiro do Ultramarino e outro potentado, nobre da terra, na Conquista. Assim, ambos estavam em posições de mando. Cabe ainda lembrar os argumentos de Julião Rangel reproduzidos na nota 12. Outro exemplo é dado por Carta particular, em 1757, do Guarda-Mor das Minas Gerais, o paulista Pedro Dias Paes Leme, ao Secretário do Estado da Marinha e Ultramar Thomé Corte Real. Nesta correspondência, Pedro Dias lembra que os seus “vieram [do Reino] para este Estado para a conquista (...) tendo nós cumprido tão bem com o nosso dever, que [foi possível] nos recolhêssemos a esse Reino.” (AHU, RJ, cd. 7, cx., 88, doc. 20.284. 24/07/1757). Nessa época a família Paes Leme vivia na América havia mais de um século, sendo grandes potentados em São Paulo e nas Minas Gerais. Em 1759, o mesmo Pedro enviava duas filhas para a ordem de São Bernardo no Reino (AHU, Minas Gerais, cd. 21, cx., 30, doc. 30. código 6318. 05/09/1759).

Algo semelhante pode ser dito para o proprietário europeu de Joaquim Mina. O mundo deste era formado pelo recôncavo da Guanabara, mas também pelo Reino, o que pode ser percebido na noção que ele possui de casa (auto-governo), de conquista e, como consequência disto, das disputas entre *bandos* pelo controle da sociedade. Da mesma forma, aquele universo valorativo pode também ser apreendido de decisões como a de uma família mandar filhos estudarem em Coimbra e filhas para conventos em Lisboa. Ou ainda de uma mesma família ter desembargadores em Portugal e potentados nos trópicos.<sup>23</sup>

Desse modo, o Antigo Regime nos trópicos era uma sociedade fragmentada e aberta. Fragmentada, pois seus integrantes tinham valores diferentes. Aberta, porque tais valores podiam basear-se em experiências de mundos distantes: Europa no caso da nobreza da terra, Golfo da Guiné ou Angola para os cativos. A sociedade colonial resultou, entre outros, de processos interativos envolvendo os sujeitos referidos, ou seja, das suas distintas estratégias e, portanto, daqueles seus diferentes valores. Tais processos, ao se materializarem no Antigo Regime nos trópicos, possibilitaram a *União do Povo*, entenda-se a defesa do Atlântico Sul aos olhos do Conselho Ultramarino e, portanto, o domínio da economia exportadora de segunda classe nas terras fluminenses. Cabe olhar um pouco mais de perto a interação de, ao menos, dois personagens que constituíram tal sociedade: senhor e escravo. Um dos caminhos para tanto é o estudo dos registros paroquiais de batismos de escravos procurando sondar as escolhas e as estratégias dos agentes neles presentes.

### Aldeia colonial: ação da nobreza da terra e políticas parentais dos escravos forjando geografias

Em 1685, a freguesia de São Gonçalo possuía uma população estimada em 4.554 almas ou 5,5% do total da capitania (83.244). Segundo tal estimativa, a região aparecia como a sexta freguesia de maior população da capitania e a quarta do recôncavo da Guanabara, só superada pelas do centro da cidade. Ao longo do seiscentos, São Gonçalo consistiu numa das principais áreas açucareiras do Rio.

O quadro 1, na falta de inquéritos agrícolas e de inventários, apresenta através dos registros de batizados de escravos uma tosca idéia da distribuição da propriedade cativa em meados do século XVII. Trabalhei com 864 registros, no período 1651-1668, e os dividi em quatro faixas distintas. Cada faixa foi construída a partir da frequência dos registros de batismos. Por exemplo, os escravos de Domingos

Pedrozo levaram à pia batismal 12 crianças, isto o classificaria na faixa de mais de 10 registros. Ou seja, supomos que ele tinha na época um plantel correspondente a tal número, tornando-o maior proprietário de cativos que Elizeu Batista, detentor de somente um registro. Meu interesse é apenas perceber as proporcionalidades na distribuição da propriedade cativa, sem pretender apresentar a “exata” estrutura da posse de escravos da região. Não tenho fontes para tanto<sup>24</sup>.

O quadro 1 informa ainda que dos 864 batismos de cativos feitos por 197 senhores, 124 (66,9% do total) registraram somente de 1 a 3 cativos, somando 240 batismos ou 27,8% do total. Os dados sugerem uma certa dispersão da propriedade cativa e o peso dos donos de pequenos plantéis. Em contrapartida, mais de 40% dos registros foram feitos por 22 senhores ou apenas 11,2% dos proprietários. Portanto, além daquela multidão de senhores há razoável grau de concentração da escravaria em algumas mãos.

*Quadro 1:* Distribuição dos batizados de escravos (registros) por tamanho de plantel de cativos: São Gonçalo, 1651-1668

Faixa de registros	nº de donos	%	nº de registros por faixa	%
+ de 10	22	11,2	361	41,8
7 a 9	16	8,1	120	13,9
4 a 6	35	17,8	143	16,5
1 a 3	124	62,9	240	27,8
Total	197	100,0	864	100

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

O quadro 2 apresenta uma imagem mais elaborada da escravidão na freguesia. As famílias cativas estáveis, isto é, as com mais de um registro de filhos batizados do mesmo casal de pais, responderam por 237 crias ou 27,4% dos registros, sugerindo que as organizações parentais (sanguíneas e fictícias) não eram estranhas ao cotidiano cativo. Provavelmente, a presença dessas famílias ia além das dificuldades no tráfico de escravo. Afinal, parentelas de cativos estavam também presentes nos engenhos de empresários ligados ao tráfico angolano. Jerônimo Barbalho, por exemplo, um dos senhores com mais famílias estáveis, em princípios da década de 1660, comprou “dezoito peças de escravos do gentio da Guiné”.

Existiam ainda os filhos entre uniões de escravas com homens livres<sup>25</sup> (quadro 3), cujos batizados correspondiam a cerca de 151 registros ou 17,5% do total. Somando este último número com os 27,4% acima, temos que 44,9% dos

<sup>24</sup> Tenho consciência das distorções que o uso dos registros paroquiais podem gerar no estudo da estrutura da propriedade escrava, contudo, o fato de conhecer todas as escrituras públicas disponíveis na região considerada talvez permita minimizar alguns problemas. Por exemplo, através de outros documentos, sei que Domingos Pedrozo era um dos principais senhores de engenho da região e Elizeu Batista um lavrador com poucos bens.

<sup>25</sup> Não tenho como qualificar as uniões (consensuais, casamentos eventuais etc.) entre pais livres e mães escravas. Portanto, tal expressão é usada para designar uma *união* que deu origem a uma criança.

registros de crianças cativas eram provenientes de famílias escravas estáveis e de uniões de fora das senzalas, o que destoa de uma escravidão marcada por uniões cativas instáveis e por rígidas fronteiras entre livres e cativos.

*Quadro 2:* Distribuição dos batizados de crianças de famílias escravas estáveis (registros) por tamanho de plantel de cativos: São Gonçalo, 1651-1668

Faixa de registros	nº de donos	nº de donos com FEE	nº de registros de FEE	% de (a)	Totais de registros por faixa (a)
+ de 10	22	21	132	36,6	361
7 a 9	16	12	46	38,3	120
4 a 6	35	18	47	32,9	143
1 a 3	124	8	12	5	240
Total	197	59	237	27,4	864

Obs: FEE – filhos de famílias escravas estáveis

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

*Quadro 3:* Distribuição dos batizados de filhos de mães escravas e pais livres por tamanho de plantel de cativos: São Gonçalo, 1651-1668

Faixa de registros	nº de donos	nº de donos com FCM	nº de registros de FCM	% de (a)	Totais de registros por faixa (a)
+ de 10	22	16	49	13,6	361
7 a 9	16	14	16	13,3	120
4 a 6	35	20	33	23,7	143
1 a 3	124	37	53	22,8	240
Total	197	87	151	17,5	864

Obs: FCM – filhos de mães escravas e pais livres

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

Curiosamente, aqueles dois “desvios” ocorriam principalmente nos plantéis que correspondiam aos dos grandes senhores da sociedade. A faixa com mais de 10 registros abrigava, a um só tempo: 132 rebentos de “lares” estáveis ou 55,7 % dos 237 batizados nesta condição; e 49 crianças das uniões entre escravos e livres ou 32,4% dos 151 registros de tal feitio. Nessa faixa temos ainda o maior número de propriedades com aqueles dois tipos de organizações parentais escravas. Dos 22 proprietários, 21 (quadro 2) e 16 (quadro 3) tinham, respectivamente, famílias estáveis e crianças escravas de pais livres. Proporções bem acima da média, ou seja, das presentes nas demais faixas. Nos 197 plantéis arrolados, 59 possuíam lares estáveis e 87 continham uniões entre mães escravas e pais livres, respectivamente, 30% e 44,2%. Considerando os 35 proprietários da faixa de 4 a 6 cativos, 18 tinham crias de

famílias com mais de um rebento. Relação esta que era de menor expressão na faixa de 1 a 3 cativos; de seus 124 donos, somente 8 possuíam tais famílias, as quais geraram 12 crianças, ou 5% do total dos 240 registros do grupo.

Algo diferente ocorria com os filhos de mães escravas com pais livres, cujas uniões possuíam presença mais acentuada nas duas faixas menores de registros. Nas propriedades que declararam de 1 a 6 cativos, os filhos escravos de homens livres somaram 88 ingênuos, portanto, 23% do total de 383 batizados. Para a faixa acima de 10 registros tal relação era de apenas 13,6%. Os resultados podem, entretanto, levar a conclusões equivocadas. Em realidade, os ingênuos de pais livres estavam restritos a 36% dos plantéis com menos de 6 registros, ou seja, 57 de 159 proprietários. Já para os donos de mais de 10 registros, como vimos, a cifra subia para quase 3/4.

Em resumo, os maiores plantéis apresentavam-se como espaços sociais onde, com frequência, surgiam parentelas escravas e contatos das senzalas com os estratos livres. Considerando que esses plantéis reuniam cerca de 42% de nossa amostragem, provavelmente os resultados indicariam alguns dos mecanismos de reprodução do Antigo Regime nos trópicos, qual seja, a sua hierarquia estamental. Na verdade, os números apresentados insinuam apenas algumas das relações vividas pelos escravos da faixa com mais de 10 registros. Isto fica claro através da experiência no plantel de Francisco Barreto de Faria.

Em 1655, nascia o primeiro dos cinco rebentos de Serafina e Antônio, os escravos de Francisco Barreto de Faria: era uma menina de nome Paula. Como seus irmãos, Paula foi batizada por padrinhos escravos de outros donos. Seu quarto irmão teve por madrinha uma cativa de Francisco Barreto chamada Maria. Sendo este um nome bastante comum, o fato poderia explicar a sua recorrência, ao longo de 13 anos, nos batizados de outras 12 crianças cativas de seis plantéis diferentes. Curiosamente, no entanto, essas Marias pertenciam ao mesmo Francisco Barreto. As escravas deste senhor, entre 1651 e 1668, realizaram 29 batizados. Por coincidência ou não, nestas cerimônias, quatro nomes – Maria, Catarina, Serafina e Andreza – repetem-se mais de uma vez, respondendo por 25 cerimônias. Além de Maria, o nome Catarina aparece cinco vezes, sendo três em batismos de rebentos de senhores diferentes do seu. De duas uma:

– Os quatro nomes considerados eram de pessoas diferentes – portanto homônimas – e seu som tinha um mágico apelo nas mentes dos pais escravos da região. Existiriam, por exemplo, distintas Andrezas no mesmo plantel.

– Os quatro nomes designavam tão somente quatro madrinhas. Elas teriam grande “popularidade” entre os cativos de Barreto e de São Gonçalo ou, ainda, pertenceriam ao mesmo grupo parental; por exemplo, mãe e filha denominadas de Maria, o que dá na mesma, pois os pais escolhiam comadres vindas da mesma rede parental.

Vamos apostar na segunda hipótese. Na mesma época de Maria, as escravas de Francisco Ferreira foram convidadas para serem madrinhas em 15 batizados, nos quais o nome de Suzana surge oito vezes. O plantel de Francisco Fernandez da Costa presenciou o mesmo fenômeno, suas escravas foram comadres em 14 cerimônias e somente em 5 ocasiões apareceu um nome distinto de Luiza. Mais espantoso foi o caso vivido nas senzalas de Domingos Pedroso. Dos 13 batizados realizados por suas cativas, em 11, coincidentemente, o nome da madrinha era Catarina. Não é mais necessário multiplicar os exemplos para justificar a hipótese escolhida. A estas Marias, Catarinas e Luízas chamarei de madrinhas-rainhas: rainhas de uma rede social que ligava diferentes plantéis.

Retornando aos cativos de Barreto de Faria, 27 batizados ocorreram entre 1651 e 1668, e neles observamos os arranjos a seguir resumidos:

Em três, as mães pertenciam a Barreto, sendo que os seus companheiros tinham outros donos. Tal foi o caso de Madalena, cujo parceiro pertencia a Manuel Dias. O mesmo Manuel seria dono de uma das oito madrinhas e de três dos 15 padrinhos de outras propriedades que batizaram ingênuos da escravaria de Barreto.

Aqui, temos seis situações em que mães eram escravas e os pais homens livres. Dois destes arranjos tiveram compadres livres e comadres escravas; porém, nos outros quatro, ambos os padrinhos (homem e mulher) eram livres. Ao menos dois destes últimos padrinhos, Damazio Barboza e Domingos Rodrigues de Carvalho, eram donos de pequenos plantéis (menos de quatro cativos). No ano de 1668, outro homem livre freqüentava as senzalas de Barreto: Gonçalo da Costa teve um filho com a escrava Inácia, sendo, também, compadre de uma camarada da última. Para não gerar confusão, paremos por aqui.

De qualquer maneira, por esses dados não seria exagero ver nas terras de Francisco Barreto um microcosmo da sociedade escravista, ou pelo menos, algumas das suas faces: a) uniões de cativos com cerca de nove anos de estabilidade; b) arranjos entre livres e escravos, cujos filhos tinham por padrinhos e madrinhas pessoas livres; c) escravas bati-

zando filhos cativos de homens livres; d) crianças de mães escravas e pais desconhecidos – provavelmente alguns livres – afilhadas de pequenos senhores.

Por conseguinte, salta aos olhos a multiplicidade das relações vividas pelos escravos de Barreto. Eles se relacionavam com facilidade com negros de outros senhores, estabelecendo vínculos estáveis via compadrio. Em outros casos, suas escravas chegavam a ter filhos com homens de diferentes senzalas, sugerindo a frequência dos contatos entre plantéis. Portanto, o dia-a-dia dos cativos transbordava os limites do engenho. Na verdade, as relações criavam uma geografia diferente dos limites da propriedade fundiária de Barreto. Ao mesmo tempo, apesar de ser um mundo crivado por uma hierarquia estamental, isso não impedia os encontros de escravos com lavradores e pequenos senhores. Distintos plantéis mantinham intercâmbios ao longo de um extenso período. Um único sujeito podia, ao mesmo tempo, desempenhar distintos papéis sociais: ser pai de um escravo e padrinho de outro.

Com certeza, pode-se argumentar que a experiência vivida pelo engenho de Barreto de Faria seria excepcional, não correspondendo à média dos senhores de engenhos. Com o que concordamos plenamente. De fato, Francisco Barreto de Faria não pertencia ao grupo de donos de fábricas de açúcar. Na verdade, ele estava num estrato social acima deste: o dos senhores da república. A família Barreto de Faria descendia de conquistadores quinhentistas e desde sempre havia freqüentado o conselho da cidade e os postos régios; o próprio Francisco fora capitão da infantaria paga. Daí talvez se explique o perfil das relações sociais desencadeadas a partir de seus escravos, relações que retratavam estratégias de poder de uma família que fazia parte e pretendia continuar fazendo parte do círculo dos poderosos da sociedade considerada. Para os Barretos, isso pressupunha legitimidade social junto a diferentes estratos sociais e, portanto, ter influência sobre pessoas que viviam além de seu engenho. Assim, não é de se estranhar que seus escravos, via uniões maritais e compadrios, tivessem relações com cativos de outros proprietários e com grupos sociais formados por lavradores livres e pequenos donos de escravos. Francisco Barreto visava o mando na república. As experiências vividas em seu engenho reforçavam relações clientelares. Porém, tais estratégias, provavelmente, tinham ressonância nas orientações valorativas de seus negros (leia-se a sociedade de parentesco vivida em África<sup>26</sup>).

Claro está que o grau de contatos dos escravos de Barreto com os de outros senhores e lavradores livres tinha

<sup>26</sup> THORNTON, J. *Op. cit.*, p. 295.

limites. Pelo menos é o que os registros paroquiais de batismo demonstram. Por exemplo, Barreto pertencia ao bando de Salvador Correia de Sá e Benevides e, portanto, em princípios da década de 1660 era inimigo de Jerônimo Barbalho. Daí um dos motivos da pouca freqüência de uniões maritais e compadrios daqueles cativos com escravos ou lavradores livres ligados a Barbalho. Mesmo considerando que a regra não fosse intransponível, como veremos, parece que as lutas entre bandos da nobreza pelo controle da república influenciavam a construção do espaço social dos cativos (aqui também chamado de “aldeia colonial”). Em outras palavras, a lógica do Antigo Regime nos trópicos interferia na sociabilidade das escravarias da nobreza da terra: a sociabilidade podia ultrapassar as fronteiras dos engenhos, porém não completamente os limites do bando de seus senhores.

Infere-se, portanto, que há, na sociedade escravista considerada, uma diferença entre dono de engenho e senhor da república. Nos quadros anteriores, vimos que a faixa com mais cativos possuía um perfil distinto das demais. Entretanto, os mesmos quadros podem nos levar a conclusões precipitadas e, portanto, equivocadas, pois foram construídos tendo como critério o aspecto econômico. Quanto maior o número de escravos de um proprietário, maior seria sua importância na sociedade. Por conseguinte, a hierarquia social teria como pano de fundo a compra de cativos. O que é complicado, caso lembremos se tratar de uma economia crivada por relações políticas.

Na faixa com mais de 10 registros, temos os grandes senhores de engenho da região. Nela encontramos, além de Francisco Barreto de Faria (27 registros), Jerônimo Barbalho (26 registros), Cláudio Antônio Besanson (27 registros), Gregório Lopes Cerqueira (18 registros) e Antônio Rodrigues da Veiga. Os cinco possuíam *fábricas* de açúcar, como atestam as escrituras públicas de fianças e batismos de livres, porém não compartilhavam a mesma posição na hierarquia social. Gregório Lopes Cerqueira, por exemplo, tivera seu filho batizado, em 1663, por Besanson; anos depois, o dito padrinho seria fiador da viúva e filhos de Cerqueira. Tais acontecimentos insinuam que a família senhorial Cerqueira pertencia à clientela de Cláudio Antônio, um fidalgo com passagem no conselho da cidade. Talvez mais emblemático que o caso de Cerqueira seja o do senhor de engenho Antônio Rodrigues da Veiga. Ex-arrematador de impostos no Rio de Janeiro, em 1650, com fortuna acumulada no comércio comprou um engenho de açúcar. No quadro 1, Rodrigues da Veiga aparecia como um

promissor senhor de moenda com 25 cativos registrados. Contudo, isto ainda não o habilitava a frequentar a roda dos senhores da república. Mesmo tendo casado, por volta de 1648, com a filha de uma tradicional família da nobreza, ele não entrou no senado da câmara e nem conseguiu um posto de relevo na administração régia.

Tais informações alteram sensivelmente a estratificação sugerida pelo quadro 1. Por exemplo, Cláudio Antônio Besanson tinha uma escravaria equivalente a 27 registros, porém a política ampliava o número. Entre seus clientes temos, ao menos, três senhores com plantéis equivalentes à primeira faixa (de 1 a 3 batismos), outros 5 na segunda e terceira faixas, e dois com mais de 10 registros de cativos. Os aliados reuniam 53 batizados que, somados aos 27 de Besanson, resultavam em 80 registros, ou 9% total do período considerado. Importa notar que esta rede social consistia em um expediente que transformava Besanson em senhor da república e, ainda, dava novos contornos à geografia de São Gonçalo. Esta freguesia, na verdade, era cortada por malhas sociais conformando espécies de aldeias coloniais. Em outras palavras, as relações clientelares de Francisco Fernandes da Costa para com Besanson não se esgotavam no fato de o primeiro cultivar nas terras do segundo, elas continuavam através dos múltiplos laços entre as escravarias de ambos. Mesmo correndo o perigo de confundir o leitor, ilustrarei essa aldeia forjada por laços emanados da casa de Besanson e de suas senzalas.

As cativas de Fernandes da Costa batizaram seis crias de Besanson. Luíza, escrava de Besanson e madrinha-rainha, fora comadre de casais pertencentes a Inácio de Andrade e Miguel de Castilho. Por sua vez, os filhos destes dois lavradores eram afilhados de Besanson. Um casal de escravos de Miguel de Carvalho, e outro de Cláudio Antônio, tinham relações de compadrio com cativos de Gregório Lopes Cerqueira. Isto sem falar de que no espaço social considerado existiam lavradores livres como pais e compadres de cativos.

Provavelmente, de aldeias coloniais como essas, em 1690, os cunhados e sobrinhos de Besanson saíram “com negros, mamelucos e mulatos” para atacarem os engenhos e fazendas do recôncavo, roubando bens e escravos<sup>27</sup>. Os engenhos invadidos pertenciam aos Correia (parentes dos Benevides) e aliados, entenda-se um bando da nobreza da terra adversário.

Em realidade, Besanson e Francisco Barreto (aliado dos Correia) compartilhavam de estratégias semelhantes. Algo diferente ocorria com Jerônimo Barbalho, senhor

<sup>27</sup> Arquivo Nacional. Correspondência dos Governadores do Rio de Janeiro, Cód. 77, vol.3, f. 21 v.; AHU, av, cx. 5, doc. 98, 1690. AHU, ca., doc. 1621-22.

degolado pelo General Benevides. Suas senzalas conheciam várias famílias estáveis, porém não mantinham uniões consensuais ou de compadrio com pessoas livres e tampouco há notícias de casamentos com cativos de outros senhores. O grau de sociabilidade dos seus cativos com os de outros senhores, via compadrio, era menos intensa. Assim, nem todos os potentados seguiam a mesma cartilha. Provavelmente, o que chamei de aldeia colonial, aqui era fruto de outras variações das estratégias senhoriais, das escravas e dos demais grupos etc.

### O reino das Catarinas, Luízas e Claras

Através das estratégias dos senhores da república ocorria a ampliação do espaço social dos cativos. Em meio àquelas estratégias, as relações parentais dos escravos ultrapassaram os limites de seus engenhos de origem, conectaram diferentes senzalas e, em menor grau, pessoas livres. Temos, então, o que denominamos de aldeia colonial, algo sustentado por malhas parentais escravas. Espaço em um só tempo das relações clientelares da nobreza da república e da sociabilidade escrava.

Existiram escravas que eram assíduas madrinhas<sup>28</sup> em suas senzalas; outras eventualmente tiveram afilhados em diferentes senzalas; porém poucas tiveram o dom de batizar crianças de seis ou mais propriedades. Fenômeno este que transformava o plantel de tais cativas em ponto de referência para os demais da região. Este predicado era encontrado na senzala de Francisco Barreto; como vimos, quatro de suas cativas batizaram 25 crianças de seis plantéis distintos. Outra propriedade tocada pelo mesmo dom foi a de Cláudio Antônio Besanson: ao menos, seis de suas madrinhas tinham afilhados em oito senzalas distintas. Em realidade, apenas 10 propriedades mantiveram esta capacidade de compadrio. Somando as 10 e os plantéis a elas relacionados, temos 56 propriedades e 431 registros. Os números equivalem a 28,4% dos 197 proprietários arrolados no quadro 1, e a cerca da metade do conjunto de registros do mesmo quadro. Portanto, as relações onde as madrinhas-rainhas residiam deviam atingir uma parte respeitável da população cativa de São Gonçalo. Essas madrinhas eram em número de 10, uma por plantel, e eram rainhas, pois consistiam nas campeãs de batismos entre suas parceiras de senzalas. Seus nomes, entre outros eram: Catarina, Luíza, Domingas, Suzana, Maria, Clara e Ana. Seria interessante especular as relações entre as malhas sociais de tais rainhas e as hostes

<sup>28</sup> Optei pelas madrinhas e não pelos padrinhos por motivos empíricos. Nos registros paroquiais de São Gonçalo, na época vista, consegui identificar 695 madrinhas cativas (donos registrados) frente a 555 padrinhos escravos (donos registrados).

de negros armados, ou ainda, estudar seus laços com as plantações e o comércio mantidos pelos escravos.

As rainhas tiveram 71 afilhados em diversas propriedades. As suas redes sociais apresentavam certas particularidades, por exemplo, dificilmente se confundiam com as alianças constituídas a partir dos casais estáveis.

Estudamos 42 plantéis (434 registros no total) com 73 casais estáveis, pais de 169 crianças. Desses 73 casais, somente 16 chamaram madrinhas-rainhas para batizarem seus filhos, as quais fizeram menos de 20 cerimônias num universo de 169. Portanto, poucas foram as situações em que duas ou mais madrinhas-rainhas batizaram filhos do mesmo casal.

Tal informação sugere que cada rede social formada ao redor das madrinhas-rainhas teria certa autonomia diante das outras. Por outro lado, informa-se também que as famílias nucleares estáveis não se cruzavam com as redes das rainhas. Estas últimas seriam constituídas, principalmente, por mães solteiras e seus filhos, bem como por casais escravos com um rebento apenas. Da mesma forma, eram exceções suas alianças com uniões mistas (mães escravas e pais livres) e compadres livres. As madrinhas-rainhas batizaram somente 11 crias de uniões mistas e em apenas 19 ocasiões compartilharam cerimônias com padrinhos livres. Portanto, as rainhas batizavam principalmente filhos de pais escravos.

A outra forma de organização escrava parental que ligava diferentes plantéis foi a das famílias estáveis. Em um universo de 73 famílias, ou 169 registros, somente 12 não procuraram compadres para seus filhos em senzalas diferentes das suas. Assim, tais famílias consistiam em outra maneira de os escravos criarem a malha parental que dava vida à aldeia colonial. Tratava-se de uma forma de organização provavelmente diferente das redes geradas pelas madrinhas-rainhas. Entretanto, alguns traços aproximavam as duas formas. Para começar, os casais estáveis atraíam escravos, no caso compadres e comadres, aparentemente mais isolados. Esses casais tiveram, principalmente, outros escravos como padrinhos de seus filhos. Em apenas 16 famílias os compadres eram livres. Desse modo, os escravos solitários, talvez encontrassem nas rainhas, como nos referidos casais, chances de parentela ou, o que é o mesmo, de sociabilidade.

Portanto, o que chamamos de aldeia colonial adquire um perfil mais preciso. As relações parentais dos cativos transbordavam suas senzalas, alcançavam outras propriedades, porém dificilmente incluía, via parentesco fictício, pessoas livres. Estas raramente apareciam como compadres

de casais escravos, e filhos de uniões mistas tinham padrinhos e madrinhas livres. De um total de 133 casos em que os padrinhos e madrinhas eram livres, temos a seguinte distribuição quanto ao estatuto jurídico dos pais: 22 com ambos os pais escravos; 74 com pai livre e mãe escrava; e 37 casos desconhecidos. Ou seja, o número de situações dúbias (37) era superior ao número de situações em que padrinhos livres batizavam filhos de cativos (quadro 4).

*Quadro 4:* Estatuto jurídico de pais e mães de crianças cativas com padrinho e madrinha livres

Estatuto jurídico do Pai e da Mãe	Número de casos de batizados
Pai livre e Mãe escrava	74
Pai escravo e Mãe escrava	22
Estatuto desconhecido dos Pais e Mães	37
Total	133

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

Somando aqueles 133 casos com 121 batizados escravos em que os padrinhos eram livres e as madrinhas cativas, temos um total de 254 situações com a presença de, ao menos, um compadre livre. O número de compadres e comadres escravos, no mesmo período de 1651 a 1668, foi mais que o dobro daquele resultado: 625 cerimônias. Assim, escravos escolhiam escravos como padrinhos de seus filhos. Em outras palavras, na pia batismal do período, a hierarquia estamental era devidamente reproduzida. Isto significa dizer que na aldeia colonial (formada pela ação das madrinhas-rainhas; casais estáveis de cativos; uniões de livres com negras; e madrinhas escravas batizando filhos de homens livres) as distâncias entre os estatutos sociais eram respeitadas. Os escravos iam além de suas senzalas, porém as excursões tinham seus limites.

As diferenças estamentais na aldeia colonial podem ser confirmadas pelas escolhas feitas por uniões entre pais livres e mães escravas, dos padrinhos para os seus filhos. Para tais cerimônias obtive informações confiáveis – estatuto social dos pais e padrinhos – em 111 casos (quadro 5). Deste total, os padrinhos e madrinhas livres somavam 74 casos. Portanto, aquelas uniões se distanciavam do cativo através de alianças com estratos livres. Assim, pode-se inferir que as uniões formadas por escravos possuíam orientações valorativas e recursos diferentes daquelas em que os pais eram livres e as mães cativas; porém, o estudo destas últimas cabe a outro trabalho.

*Quadro 5: Estatuto jurídico do padrinho e da madrinha de crianças cativas com pai livre e madrinha escrava*

<b>Estatuto jurídico do Padrinho e da Madrinha</b>	<b>Número de casos de batizados</b>
Padrinho livre e Madrinha livre	74
Padrinho livre e Madrinha escrava	37
Total	111

Fonte: Livros de batismos de escravos da freguesia de São Gonçalo (recôncavo da Guanabara). Cúria Metropolitana de Niterói

### **Acumulação de dependências**

Na aldeia colonial brotava a hierarquia estamental, lembrando o Antigo Regime e as estratificações sociais da Guiné e outras parte da África. Existia alguma conexão entre a ação dos senhores da república e a dos cativos, sendo que práticas parentais dos cativos não colocavam em risco a sobrevivência da sociedade estamental. Em realidade, aquelas práticas a reiteravam. Entretanto, as coisas eram mais complicadas.

Como já foi dito, o fato de rebentos escravos reconhecidos por pais livres, bem como crias de uniões escravas terem compadres livres, não era a regra na freguesia de São Gonçalo. De um universo de 970 batizados (para 91 não tenho informações suficientes), 625 ou 2/3 foram feitos por escravos e cerca de 26% por um padrinho ou madrinha livre. Os números podem ter singelas e diferentes leituras: os escravos preferiam parceiros do cativo como compadres em detrimento de livres; ou então os livres dificilmente estabeleciam elos de parentesco com escravos. Não temos como optar por uma destas respostas e, talvez, não seja o caso.

Retornar aos 10 plantéis das madrinhas-rainhas, alguns dos quais pertencentes a senhores da república, talvez ajude a pensar um pouco melhor. As escravas dessas senzalas realizaram 18 batizados de filhos de pais livres com mães cativas, sendo que em 11 as madrinhas foram as referidas rainhas. Dos 27 batizados nos quais os padrinhos eram livres, em 19 compareceram Catarina, Luiza, Clara ou outra rainha. Parece que havia um certo grau de coincidência entre redes escravas e parentesco com livres. Cativos compartilharem parentesco com livres era raro, contudo, provavelmente mais “fácil” para os integrantes de amplas malhas parentais conectadas a várias senzalas. Assim, aquela estratificação tinha na situação parental um momento decisivo. Um escravo solitário possuía recursos e obrigações diferentes

de um vinculado a rainhas-madrinhas ou a casais estáveis. Portanto, em tese, eles pertenciam a estratos distintos, suas ações eram guiadas por orientações diversas.

Ao mesmo tempo, um lavrador livre ter aliança com uma malha escrava que o ligava a diversos pontos da freguesia, também não era mau negócio, pois lhe dava mais recursos nas interações com os potentados locais.

Em 1655, Petrolina, escrava de Antônio Rodrigues da Veiga, teve seu filho reconhecido pelo pai: o homem livre Mateus da Costa. Os padrinhos da criança foram, também, pessoas livres. Suponho que Petrolina e Mateus da Costa pertenciam ou estavam próximos à rede social do casal estável, do mesmo plantel, João e Bastiana: Mateus fora padrinho, em 1653, de Beatriz, filha do dito casal. A cerimônia de 1655 representava, portanto, o ingresso de Petrolina num parentesco com pessoas livres; ela e a dita rede escrava talvez adquirissem mais status, e os livres conseguiram aliados cativos de diversas propriedades.

Tomé Dias, no ano de 1662, teve com Catarina – escrava de João de Castilho Pinto – o rebento José. Os padrinhos eram pessoas livres. Três anos antes, Tomé Dias batizara Luíza, terceira filha dos cinco de Branca e Pascoal, todos cativos de Castilho Pinto. A importância deste casal pode ser mensurada pelo fato de todas as suas comadres pertencerem a proprietários diferentes. Portanto, Branca e Pascoal estavam conectados a cinco escravarias distintas.

Como vimos, poucos eram os padrinhos e compadres livres nas redes escravas. Além de demonstrar a dificuldade de tais contatos, o fato sugere também que uma rede escrava era capaz de acumular recursos para produzir aquela situação. Assim, as malhas sociais dos escravos geravam mobilidade social de alguns cativos – os aparentados com os livres –, mesmo que dentro das senzalas. Para a rede escrava que viabilizara tal mobilidade, isso representava mais recursos políticos.

O último exemplo, o de Álvaro Barreto e Bárbara, vai um pouco além de tal discussão. Álvaro, Nicolau e Maria de Lima eram do bando de Francisco Barreto de Faria, na verdade, seus clientes. O fato provavelmente facilitou os contatos entre os cativos de Nicolau e Maria com os de Francisco Barreto, assim como deve ter servido de cenário para o encontro de Álvaro e Bárbara. Afinal, tratava-se de uma união entre a escrava e o cliente de um mesmo senhor. Entretanto, este encontro tem um outro lado, que é a reunião, numa mesma rede social, de cativos e clientes. Ou seja, trata-se de uma acumulação de dependências que podia

“aprissonar” Francisco Barreto de Faria. Tal rede conseguia juntar, a um só tempo e via parentesco fictício, os atores que davam legitimidade social a Francisco Barreto, permitindo acessar-lhe o círculo de poder na república. A acumulação de dependências resultaria de alianças entre clientes livres e redes parentais escravas, ambos ligados a um senhor da república. Em outras palavras, trata-se de mais um recurso daquelas redes; o que, em tese, viabilizava melhores negociações entre clientes e escravos com seus senhores.

Uma situação mais refinada de acumulação de dependências é dada pela experiência da rede da madrinha-rainha Clara, escrava de Cláudio Antônio Besanson. Entre os seis *casais* de compadres de Clara temos, em 1664, João Dias e Jacinta, esta escrava de Inácio de Andrade. Inácio era cliente de Besanson; por conseguinte, é de se esperar que o mesmo ocorresse com João Dias e, assim, teríamos a acumulação de dependências. João Dias, porém, já possuía laços de aliança com escravos e clientes de outros bandos da nobreza da república. Em 1655, ele e Briolândia da Silva foram compadres de Antônio Fernandez e Gracia, esta escrava de Manuel Álvares. Briolândia pertencia ao bando de Francisco Barreto de Faria. Quanto a Manuel Álvares, entre 1648 e 1660, tivera três filhos, sendo que os dois mais velhos eram afilhados de Jerônimo Barbalho e o caçula de Francisco Barreto de Faria. Em 1659, João Dias batizaria com Pelônia Martins o filho de Simão de Moraes e de uma escrava – Simão era cliente de Barbalho. Portanto, a madrinha-rainha Clara abrigou em sua rede um sujeito com entrada em diferentes bandos. A acumulação de dependências aqui é mais sofisticada, pois é reforçada pelo jogo político de bandos rivais, criando, assim, uma situação de maior autonomia para João Dias, Clara (a madrinha-rainha) e, por extensão, para os seus aparentados.

Assim, no Rio de Janeiro seiscentista, temos uma paisagem agrária recortada por espécies de aldeias coloniais produzidas por malhas parentais escravas e pela política dos senhores da república, entre outros grupos. As aldeias serviam de base para ação dos bandos da nobreza, além de redefinirem, via política, a estrutura de posse de escravos e das terras. Para tanto, basta recordar que as redes de sociabilidade cativas propiciavam a união de diferentes senzalas e conectavam lavradores livres. Este parece ter sido o cenário da *União do Povo*, surgida da ação de personagens ligados a distintos mundos e produto de uma sociedade aberta e fragmentada.

João Fragoso é graduado e doutor em História e professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

[jl.fragoso@uol.com.br](mailto:jl.fragoso@uol.com.br)

Esta pesquisa conta com o financiamento do CNPq. Agradeço a Sheila Castro Faria pelo acesso aos registros paroquiais de São Gonçalo (RJ).